Congresso aprova novas regras fiscais e põe fim ao teto de gastos

O governo conseguiu apoio de 379 deputados, em uma votação, e 423, em outra, o suficiente para aprovar a PEC que cria o novo arcabouço fiscal

ARCABOUÇO

Victoria Azevedo, João Gabriel, Nathalia Garcia e Thiago Resende
FOLHAPRESS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve aval do Congresso Nacional nesta terça-feira (22) para enterrar o teto de gastos, criado há mais de seis anos, e implementar o novo arcabouço fiscal -uma nova regra para as contas públicas que prevê o crescimento das despesas acima da inflação.

Na nova votação da Câmara dos Deputados, o governo conseguiu apoio de 379 deputados, em uma votação, e 423, em outra. Isso é suficiente para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição), cujo mínimo é 308 votos. Agora o plenário ainda precisa analisar os destaques, que podem alterar trechos do texto. Mas a expectativa é que nenhuma mudança seja aprovada e o projeto siga para sanção.

A nova regra foi desenhada com a promessa de garantir mais recursos para políticas públicas e ao mesmo tempo reequilibrar gradualmente as contas do governo, que entraram no vermelho em 2014 -e, desde então, só exibiram resultado positivo em 2022.

Congresso aprova novo arcabouço fiscal e acaba com teto de gastos
FOTO: ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta determina que as despesas federais vão crescer todo ano de 0,6% a 2,5% em termos reais (além da inflação). O percentual vai variar dentro desse intervalo de forma proporcional às receitas obtidas pelo governo - ou seja, quanto maior tiver sido a arrecadação, mais será possível gastar.

O texto já havia sido aprovado pela Câmara em maio e retornou à Casa após certos pontos terem sido modificados pelo Senado. Agora, ele segue para sanção e, uma vez assinado por Lula, dará fim ao bloqueio de crescimento de gastos criado no fim de 2016 por Michel Temer (MDB). Na versão final, os deputados descartaram algumas alterações feitas pelos senadores e retomaram parte da redação que havia sido previamente aprovada por eles em maio, que torna as regras do arcabouço mais rígidas do que o texto original do governo.

No desenho aprovado pela Câmara, ficam fora das limitações gerais o Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica) e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal). Os deputados recolocaram as despesas com ciência, tecnologia e inovação dentro das regras fiscais.

Quando o texto passou pela Câmara pela primeira vez, Fundeb e Fundo do DF estavam dentro dos limites do arcabouço. O plenário da Casa, portanto, acatou a mudança feita pelo Senado.

As alterações no Senado forçaram que a proposta passasse mais uma vez pela Câmara e o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que já havia sido responsável pelo relatório na primeira aprovação na Casa, negociou com o governo a versão final.

A Câmara também rejeitou uma proposta do governo que permitia ao Executivo enviar o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024 com cerca de R$ 32 bilhões em despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar, para incorporar o efeito da inflação maior ao fim do ano sobre o limite para gastos.

O dispositivo havia sido fruto de uma solução costurada pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) para evitar o corte que poderia comprometer projetos do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Essa saída foi sugerida após uma manobra da equipe econômica no texto ter sido desmontada.

Inicialmente, o governo havia proposto que o limite de despesas do novo arcabouço fiscal seria atualizado pela inflação calculada de janeiro a dezembro do ano anterior -o que daria um espaço extra para os gastos em 2024, já que o IPCA do encerramento deste ano deve vir maior do que o observado em junho.

Com isso, o governo repetiria uma manobra feita pelo então ministro Paulo Guedes (Economia) durante a gestão Bolsonaro.

Governo faz alteração no PL de Diretrizes Orçamentárias

Diante da resistência ao dispositivo nas discussões do arcabouço, o governo fez uma alteração no PLDO (projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 e colocou uma autorização para incluir no Orçamento despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar no ano que vem, em valor equivalente ao efeito da inflação maior esperada até o fim deste ano.

Técnicos do governo dizem que isso é suficiente para o projeto de Orçamento já ser apresentado considerando as despesas condicionadas. A peça orçamentária tem que ser enviada até 31 de agosto.

Com a palavra final da Câmara, o projeto do novo arcabouço fiscal segue para a sanção da Presidência da República e, assim que assinado, coloca fim definitivo à era do teto de gastos. Lula cumpre, assim, uma promessa de campanha e consegue tirar do caminho o que poderia ser um dos principais obstáculos para seu governo: o bloqueio do crescimento real das despesas federais implementado por Temer em 2016.

Em dezembro de 2022, após a vitória do petista nas urnas -mas ainda antes de sua posse-, Lula teve que articular uma PEC para liberar recursos para programas como o Bolsa Família e o Farmácia Popular.

Polícia Federal investiga se sabotagem causou apagão

INQUÉRITO

Fabio Serapião
FOLHAPRESS

A Polícia Federal instaurou nesta terça-feira (22) um inquérito para investigar as causas do apagão que atingiu todas as regiões do país na última terça (15).

A investigação, sigilosa, vai apurar possíveis crimes de sabotagem e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.

A PF deverá ouvir diferentes atores ligados ao incidente, como representantes da Eletrobras e do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). O apagão interrompeu o fornecimento de 18,9 mil MW de carga --o necessário para afetar cidades de 25 estados e o Distrito Federal. A exceção foi Roraima, que não está no SIN (Sistema de Integração Nacional). Com a falta de energia, aulas foram suspensas por todo o país, semáforos ficaram desligados e hospitais e outras instituições de saúde suspenderam consultas, exames e outros procedimentos.

Na última quinta-feira (17), o ONS informou que o relatório final sobre o apagão só ficaria pronto em 45 dias. O operador diz que o sistema está sendo operado "em condições mais conservadoras" após o apagão, para garantir a segurança do atendimento, seguindo protocolo previsto após ocorrências deste tipo, até que sejam verificadas as causas.

O que se sabe até agora é que o chamado evento zero, que deu início ao apagão, ocorreu numa linha de transmissão entre o município de Quixadá e a capital Fortaleza.

A frequência da linha caiu e o sistema de proteção falhou, disseminando a falha. Um incidente do gênero, em um ponto como este, porém, não deveria deflagrar um apagão com escala nacional, segundo especialistas.

Desoneração da folha deve ser votada na próxima semana

PROJETO

Victoria Azevedo
FOLHAPRESS

O projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores da economia deverá ser votado na Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (29), segundo anunciou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

"A desoneração da folha nós acertamos para a próxima terça-feira [a votação de] urgência e mérito, com os ajustes necessários que estão se fazendo lá com relação a algumas questões do Senado. Mas o projeto da desoneração da folha [será votado na] terça-feira [em regime de] urgência e [no] mérito, como combinado no colégio de líderes", afirmou Lira na tarde desta terça-feira (22).

Mais cedo, o líder do Cidadania, Alex Manente (SP), já havia indicado que isso iria ocorrer. Ele falou com a imprensa após reunião entre líderes partidários e Lira na residência oficial da presidência da Câmara.

"Houve o entendimento de todos os líderes e também do governo que na terça-feira que vem nós votamos a urgência e o mérito no plenário, para finalizar esse assunto que é tão importante para o Brasil", afirmou Manente, que é líder do partido da relatora da matéria, Any Ortiz (RS).

Segundo ele, o relatório da deputada ainda não está pronto e devem ocorrer algumas adaptações no texto que foi votado no Senado em junho.

Ibovespa tem forte alta, impusionado por commodities e recuo dos juros

MERCADO

AGÊNCIA GLOBO

O Ibovespa fechou em alta nesta terça-feira. O principal índice da B3 foi impulsionado pelo avanço dos papéis de commodities metálicas, que acompanharam o desempenho do minério de ferro no exterior, e da Petrobras. O recuo das taxas de juros futuros e a perspectiva de votação do arcabouço fiscal também ajudaram a Bolsa.

No pregão, os investidores repercutiram falas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo. O Ibovespa subiu 1,51%, aos 116.156 pontos.

"O Ibovespa fechou em alta apesar da fraqueza das bolsas americanas. O movimento foi impulsionado pela queda acentuada dos DIs, em meio a notícias de que a Câmara dos Deputados deve votar ainda hoje o novo arcabouço fiscal", destaca o economista e sócio da Nomos, Alexsandro Nishimura.

Ibovespa fecha com forte alta
FOTO: REPRODUÇÃO

O dólar, por sua vez, fechou em queda nesta terça-feira. O câmbio acompanhou o movimento visto no exterior, onde a moeda americana se desvalorizou contra pares do real.

Para analistas, o real apresentou um movimento de ajuste após a forte desvalorização recente, ajudado, no pregão, pela dificuldade dos títulos do Tesouro americano, os Treasuries, de estenderem sua valorização.

No dia, os investidores repercutiram falas de dirigentes do Banco Central (BC), além de monitorarem as negociações sobre as pautas econômicas em Brasília.

O dólar caiu 0,76%, negociado a R$ 4,9401, após atingir a mínima de R$ 4,9260.

"De certa forma, hoje foi um dia positivo para as moedas emergentes. É um pouco de reversão, em um primeiro dia sem a Treasuries pressionar muito boa parte do mercado", destaca o sócio e gestor da Galapagos Capital, Sérgio Zanini.

AVISOS, ATAS E EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023-SRP
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de futuros e eventuais serviços de diagnósticos laboratoriais de análise clínica e anatomia patológica e citopatológica, com o intuito de atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Novo Progresso/Pa. Tipo: Menor preço por item. Data da Abertura: 05/09/2023 às 08h00min. Local: O pregão eletrônico será realizado através do Sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, no site www.bnccompras.com. O Edital e seus anexos encontram se disponíveis no endereço eletrônico acima.
Scheila Luiza Lavall - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ AÇU
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 118/2022. Objeto do Termo: Alteração do prazo de vencimento para mais 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de 01 de julho de 2023 e término em 29 de outubro de 2023. Data da Assinatura: 26 de junho de 2023. Contratada: G. L. Construtora Ltda, CNPJ: 05.214.984/0001 27. Contratante: Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu/Pa, CNPJ nº 05.149.117/0001-55.
RETIFICAÇÃO
Fica retificado o Aviso de Licitação, publicado no D.O.U seção 3, pág. 313 e Jornal Diário do Pará, Economia, B10, em 21 de agosto de 2023. **ONDE SE LÊ:** Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, linha média e linha pesada da Secretaria Municipal de Saúde e convenientes, incluindo fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo. **LEIA-SE:** Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção nos veículos leves, linha média e linha pesada da Secretaria Municipal de Saúde e convenientes, incluindo fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
EXTRATOS DE CONTRATOS
CONTRATO Nº 20230279 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023. Objeto: Aquisição de material técnico hospitalar para Rede Municipal de Saúde de Breves/Pa, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 17.298.800/0001-33. Oriundo da Ata de Registro de Preços nº 2023-0278-SRP, Contratada: P P F Com e Serv Eireli, CNPJ: 07.606.575/0001-00, vencedora dos itens: 1 - 2 - 4 - 5 - 12 - 13 - 14 - 15 - 17 - 19 - 20 - 21 -23 - 25 - 28 - 29 - 30 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 48 - 50 - 51 - 52 - 53 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 63 -65 - 68 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 -79 - 80 - 81 - 84 - 97 - 98 - 100 - 103 - 106 - 107- 109 - 111 - 113 - 119 - 121 - 123 - 124 - 125 -126 - 127 - 128 -129 - 130 - 131 - 132 - 133 -134 - 135 - 136 - 137 - 138 - 139 - 140 - 141 -142 - 143 - 144 - 145 - 146 - 147 - 148 - 150 -153 - 159 - 160 - 164 - 165 - 168 - 169 - 170 -171 - 172 - 173 - 174 - 175 - 176 - 177 - 179 -181 - 187 - 188 - 189 - 191 - 195 - 197 - 198 -200 - 203 - 206 - 209 - 211 - 212 - 216 - 222 -223 - 224 - 225 - 226 - 231 - 232 - 233 - 234 -235 - 236 - 237 - 238 - 239 - 240 - 241 - 242 -243 - 244 - 245 - 246 - 247 - 248 - 249 - 253 -254 - 255 - 256 - 262 - 263 - 264 - 265 - 266 -268, Total R$ 1.602.110,00; Vigência: 16/08/2023 à 16/08/2024.
CONTRATO Nº 20230280 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023. Objeto: Aquisição de material técnico hospitalar para Rede Municipal de Saúde de Breves/Pa, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 17.298.800/0001-33. Oriundo da Ata de Registro de Preços nº 2023-0278-SRP, Contratada: L C B Pontes Eireli, CNPJ: 17.763.550/0001-65, vencedora dos itens: 7 - 9 - 10 - 11 - 24 - 26 - 27 - 31 - 46 - 47 - 54 -55 - 62 - 64 - 66 - 86 - 89 - 90 - 91 - 92 - 104 -114 - 115 - 116 - 117 - 151 - 152 - 154 - 155 -156 - 162 - 178 - 180 - 182 - 183 - 184 - 185 -186 - 192 - 199 - 201 - 202 - 210 - 213 - 215 -218 - 220 - 221 - 250 - 251 - 252 - 257 - 258 -259 - 260 - 261 - 274 – 275. Total R$ 859.515,60; Vigência: 16/08/2023 à 16/08/2024.
CONTRATO Nº 20230281 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023. Objeto: Aquisição de material técnico hospitalar para Rede Municipal de Saúde de Breves/Pa, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 17.298.800/0001-33. Oriundo da Ata de Registro de Preços nº 2023-0278-SRP, Contratada: P G Lima Com Eireli, CNPJ: 23.493.764/0001-61, vencedora dos itens: 42- 44 - 45 - 49 - 69 - 82 - 83 - 87 - 93 - 94 - 95 - 96- 99 - 101 - 102 - 105 - 108 - 110 - 112 - 118 -120 - 122 - 157 - 158 - 163 - 166 - 167 - 190 -193 - 194 - 196 - 205 - 207 - 208 - 227 - 228 -229 - 230 - 267 - 269 - 270 - 271 - 272 - 273, Total R$ 720.397,04; Vigência 16/08/2023 à 16/08/2024.
CONTRATO Nº 20230282 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2023
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023. Objeto: Aquisição de material técnico hospitalar para Rede Municipal de Saúde de Breves/Pa, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 17.298.800/0001-33. Oriundo da Ata de Registro de Preços nº 2023-0278-SRP, Contratada: Hospmed Comercio Ltda, CNPJ: 11.411.491/0001-80, vencedora dos itens: 43 - 85 - 88 - 149 - 161 - 204 - 214 - 217 - 219, Total R$ 290.007,00. Vigência 16/08/2023 à 16/08/2024.
Jucineide Alves Barbosa - Secretária Municipal de Saúde/
Portaria nº 004/2021-GAB/PREF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
RETIFICAÇÃO
Na publicação do Extrato do Contrato. Origem: Pregão Eletrônico - SRP nº 9/2023-006, na publicação circulada em 02/08/2023 no D.O.U seção 3, Edição nº 146, pág. 232 e Diário do Pará (Economia, B12), No Contrato nº 1707001-2023. **ONDE SE LÊ:** Valor: R$ 85.376,27 (oitenta e cinco mil trezentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos). **LEIA-SE:** Valor: R$ 58.286,27 (cinquenta e oito mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023-100301
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da reforma da Praça do Céu - Centro de Artes e Esportes Unificados, no Município de Breves/Pa. Vencedor: Smp Construções, Comercio e Servicos Eireli, com o valor total de R$ 620.364,82 (seiscentos e vinte mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93.
Jose Antonio Azevedo Leao - Prefeito Municipal. 21 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA
AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023-007
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de toner, tinta e cilindro de impressoras e copiadoras para atender as necessidades dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Salvaterra/Pa. Devido as constantes quedas e oscilações na rede de internet desta Prefeitura, fica prorrogado o prazo para o início da sessão pública em: 25 de agosto de 2023. Hora da Abertura: 10h00mm. Local da Abertura site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível nos sites: https://salvaterra.pa.gov.br/categoria/licitacoes/www.tcm.pa.go.br, bem como mediante solicitação ao e-mail funcional desta CPL: cplsalvaterra@gmail.com.
Gilvana Conceição de Quadros Franco - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO
EXTRATOS DE CONTRATOS
CONTRATOS DECORRENTES DO
PREGÃO Nº 011/2022–PMCP–PE–SRP
Conforme saldo da Ata de Registro de Preço nº 190801/2022. Objeto dos contratos: Aquisição de Materiais de Higiene E Limpeza Destinados ao Atendimento da Administração Publica Municipal, Secretarias e Fundos, Conforme Descrições e Especificações Apresentadas no Anexo II, Por Sistema de Registro de Preços. Contrato nº 2023180801. Contratante: Prefeitura Municipal de Capitão Poço. Contratado: J.E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 522.967,40 (quinhentos e vinte e dois mil e novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180802. Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social. Contratado: J.E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 107.427,70 (cento e sete mil e quatrocentos e vinte e sete reais e setenta centavos). Vigência a 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180803. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratado: J.E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 301.642,60(trezentos e um mil e seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180804. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Contratado: J E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48 Valor global R$177.537,65 (cento e setenta e sete mil e quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180805. Contratante: FUNDEB. Contratado. J. E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 177.367,60(cento e setenta e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180806. Contratante: Fundo Municipal de Meio Ambiente. Contratado: J E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 148.672,55 (cento e quarenta e oito mil e seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024; Contrato nº 2023180807. Contratante: Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Contratado: J E Tavares de Souza Filho – Me, CNPJ: 27.422.577/0001-48. Valor global R$ 40.000,85 (quarenta mil e oitenta e cinco centavos). Vigência 18/08/2023 a 18/08/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016-2022
Locação de estruturas de palco, som e sonorização, iluminação e montagens de estrutura. Termo Aditivo ao Contrato nº 2707001-2022 - PE 016/2022. Objeto: Locação de estruturas de palco, som e sonorização, iluminação e montagens de estrutura para atender as necessidades do Município de Capanema e Suas Secretarias. Empresa: Brashow Promoções e Eventos Ltda - Me. CNPJ sob o nº 03.665.540/0001-82. Vigência: 04 (quatro) meses. Fund. Legal: ART. 57, § 1º, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 24/07/2023.
Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/1228-001-PMA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023-PE-PMA. Objeto: Aquisição de produtos pecuários, agrícolas, piscicultura e pesca, conforme condições, quantidades e especificações constantes dos itens deste termo de referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca de Abaetetuba/Pa. Contratante: Município de Abaetetuba/Pa, CNPJ 05.105.127/0001-99, com interveniência da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Pesca - SEMAGRI. Contratadas: Contrato Adm. nº 2023/219-PE-PMA. Fornecedor: Aliança Comercio de Produtos Alimentícios Eireli, CNPJ 28.883.686/0001-25. Valor Global de R$ R$ 986.449,18. Contrato Admin. nº 2023/220-PE-PMA: Fornecedor: Fortal Serviços Especializados Locação e Produção Eireli Epp, CNPJ 14.177.574.0001-44, Valor Global de R$ 123.436,30; Contrato Adm. nº 2023/221-PE-PMA: Fornecedor: J. L. R. Araújo Comércio e Serviços, CNPJ 83.913.665/0001-13, Valor Global de R$ 354.690,74; Contrato Adm. nº 2023/222-PE-PMA: Fornecedor: So Rações Distribuidora - Me, CNPJ 20.852.537/0001-97, Valor Global de R$ 21.867,36; e Contrato Adm. nº 2023/223-PE-PMA, Fornecedor: Weemac Máquinas e Equipamentos Epp, CNPJ 15.249.381/0001-14, Valor Global de R$ 22.507,00. Vigência: 10/08/2023 a 31/12/2023. Ord. Desp. Francineti Maria Rodrigues Carvalho.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO PARÁ E AMAPÁ - FETRACOM
COMUNICADO
Cumpridos por oficial de justiça da Justiça do Trabalho os mandados judiciais para afastamento de Zé Francisco e Raimundo Nazareno dos cargos do então presidente e vice da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Pará e Amapá - Fetracom. Ambos falsificaram suas carteiras de trabalho pra registrar contratos de trabalho fictícios. O Ministério Público do Trabalho - MPT é autor da ação juntamente com Antônio Caetano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Supermercados. Ivan Duarte assumirá provisoriamente a presidência da Fetracom para convocar novas eleições.

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.
Hydro
A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que requereu, em 03/08/2023 (Proc. nº **2023/35537**) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), a solicitação de renovação da licença de operação – LO nº **10880/2018 - Posto combustível**, vencimento em 10/12/2023, que autoriza a operação da atividade de armazenamento e abastecimento de combustível automotores, bem como as estruturas da oficina mecânica, dos lava jato, troca de óleo e dos grupos geradores com capacidade de armazenamento de 340 m³, conforme Resolução ANP n° 12/2007, Art. 9°, sendo permitido somente o abastecimento de equipamentos móveis e veículos automotores terrestres, registrados em nome do detentor das instalações, pessoas coligadas, contratadas ou controladoras, que é parte integrante do complexo minerário do empreendimento Mineração Paragominas S.A., que opera sob a LO N° 5412/2011, prorrogada automaticamente, por força do que dispõe a Lei Complementar n° 140/2011, tendo em vista o protocolo do processo 2010/28275, em 07/10/2010, nos termos do Parecer Técnico n° 37756/GEMINA/CMINA/DLA/SAGRA/2017, datado de 19/10/2017.